



ARTIGO/DOSSIÊ

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UM TRABALHO DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA PELO OLHAR DA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO

LUCIANI DALMASCHIO
JÚLIO CÉSAR COELHO DOS SANTOS

Luciani Dalmaschio

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Professora da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Pesquisadora do Núcleo de estudos da Enunciação – ENUNCIAR.

Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Semântica da Enunciação: Espaço de enunciação, cena enunciativa.

Vice-Coordenadora do GT Semântica e Estudos Enunciativos da ANPOLL.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0351757360147302>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3652-7299>.

E-mail: lucianid@ufsj.edu.br.

Júlio César Coelho dos Santos

Mestre em Letras, Teoria Literária e Crítica da Cultura, pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Membro do grupo de pesquisas ENUNCIAR – UFMG.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9370490841433799>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0903-7905>.

E-mail: coelhojuliojc@gmail.com.

Resumo: Este trabalho tem como recorte de análise um documento de caráter normativo parametrizador da educação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cuja sustentação teórica está alicerçada, conforme o próprio documento, em uma perspectiva enunciativo-discursiva da linguagem. Com efeito, esta pesquisa pretende verificar como esse pressuposto teórico é sustentado pela BNCC. Desse modo, na esteira do que é proposto pela Base Nacional, este trabalho problematiza em que medida o viés enunciativo apresentado contribui para a organização sistematizada das ações pedagógicas, nos estudos de Língua, considerando que, conforme se apresenta um conceito, toda a prática a posteriori deve estar correlacionada aos fundamentos que tal definição estabelece. Para tanto, esta análise se ancora nos pressupostos teóricos estabelecidos pela Semântica da Enunciação, mas realiza, também, um olhar panorâmico sobre distintas teorias enunciativas, a fim de validar a tese de que a BNCC realiza um entrecruzamento entre tais teorias, não assumindo, portanto, um olhar uniforme sobre a ideia de Enunciação. Uma vez apresentada essa validação, como resultado das análises realizadas, chegamos ao entendimento de que a perspectiva enunciativa é apresentada de forma difusa e assistemática na BNCC. À vista disso, é desenvolvida uma proposta de transposição didática de atividades de análise linguística, orientada por pressupostos da Semântica da Enunciação, com o objetivo de sistematizar procedimentos teórico-prático-metodológicos que sustentem uma dinâmica semântico-enunciativa do trabalho pedagógico.

Palavras chave: Base Nacional Comum Curricular. Semântica da Enunciação. Formação Nominal. Transposição didática. Ensino.

Abstract: This work has, as an analysis layer, a document of normative character that parameterizes the Brazilian education, the National Common Curricular Base (BNCC), whose theoretical support is based, according to the document itself, on an enunciative-discursive perspective

of language. Thus, this research intends to verify how this theoretical assumption is supported by the BNCC. As a result, in the perspective of what is proposed by the National Base, this work problematizes to what extent the presented enunciative bias contributes to the systematized organization of pedagogical actions, in language studies, considering that, as a concept is presented, all following practice must be correlated with the foundations that such a definition establishes. *Therefore, this analysis is anchored in the theoretical assumptions established by the Semantics of Enunciation, but also performs a panoramic look over different enunciative theories, in order to validate the thesis that the BNCC performs an intersection between such theories, not assuming, therefore, a uniform look over the idea of Enunciation. Once this validation is presented, as a result of the analyzes carried out, we arrived at the understanding that the enunciative perspective is presented in a diffuse and unsystematic way in the BNCC. In view of this, a proposal for a didactic transposition of linguistic analysis activities is developed, guided by the assumptions of the Semantics of Enunciation, with the objective of systematizing theoretical-practical-methodological procedures that support a semantic-enunciative approach of the pedagogical work.*

Keywords: National Common Curriculum Base. Semantics of Enunciation. Construction nominal. Teaching.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem sua origem em um posicionamento fixado teoricamente pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre sua fundamentação teórica na área de Linguagem, a saber: “Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)” (BRASIL, 1998, p. 20).

Por estarmos situados em um lugar de trabalho acadêmico que toma a semântica de bases enunciativas como alicerce de nossas análises, alguns questionamentos surgem diante dos postulados que se anunciam na BNCC, de modo a suscitarem nós a necessidade de uma reflexão mais detalhada sobre o que esse documento considera, de fato, uma perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem. Dentre eles, elencamos os seguintes: qual perspectiva enunciativa está sendo posta em causa pelo documento? Que caminhos devem ser considerados no processo de transposição didática desses pressupostos teóricos para um efetivo trabalho no ensino?

Com isso em vista, passaremos, a partir de agora, a tentar compreender um pouco melhor essas duas questões.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

O sistema educacional brasileiro sustenta-se por um agrupamento de propostas, metas, planos, diretrizes, cujo promissso compromisso corresponde a atingir a excelência do processo ensino-aprendizagem. Entretanto, esse compromisso é cada vez mais desafiador face às dimensões territoriais do nosso país, às diferenças sociais, aos entraves de implementação de novas medidas e propostas.

Por essa ordem, a educação brasileira vem sendo desenhada já há alguns séculos. Muitas foram as tentativas de sistematização de práticas sustentadoras do processo educacional de nosso país. No século XVI, com os jesuítas, a educação era o instrumento fundamental na formação da elite colonial, ao mesmo tempo em que se propunha a “alfabetizar” e “catequizar” os indígenas (MOLL, 2006, p. 13). Nos séculos seguintes (XVII e XVIII), tornou-se necessária a padronização linguística. Com a chegada do Marquês de Pombal,

que expulsou os jesuítas, a Língua Portuguesa tornou-se o idioma oficial do Brasil (Reforma Pombalina). Consequentemente, com o Estado assenhoreando-se da educação, fatores econômicos, culturais e sociais passaram a interferir na escolha do currículo, na seleção dos conteúdos a serem ensinados. Com a vinda da família real em 1808, instituições de ensino superior, privilégio das camadas superiores, foram instaladas. Enquanto isso, o ensino elementar processava-se paralelamente à instrução secundária, sem a preocupação de combater o analfabetismo, mas de proporcionar o mínimo necessário de conhecimentos, de forma a garantir o ingresso às aulas de Latinidade (LUZ-FREITAS, 2004).

Adiante, ao longo do século XX, muitas mudanças ocorreram em estreito espaço de tempo: foi criado o primeiro ministério no âmbito da educação – Ministério da Educação e Saúde Pública (MOURA, 2007) na década de 30; já sob o Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, ocorreu a centralização e o controle dos livros didáticos a partir do Ministério da Educação e Saúde; em 1961 – já sob o governo de João Goulart – eram aprovadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo essas remodeladas em 1971; na década de 80 do século XX, com a redemocratização do Brasil, a principal proposta era a inserção da população no mundo globalizado; na última década do século passado, a então LDB da Educação Básica, aprovada em 1996, mudou o foco do ensino para a aprendizagem, sendo seguida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); no atual século, tudo se consolida em um documento normativo: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O processo de elaboração da BNCC contou com a colaboração de muitos setores da educação, até a finalização do documento

homologado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) – entidade de assessoramento do MEC –, que funciona como um balizador para o processo de elaboração do currículo de cada instituição escolar.

Na BNCC, a ideia de competência mobiliza habilidade. Dessa maneira, ela está estruturada em 10 competências gerais. E cada uma das quatro áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias) possui suas competências específicas. Diluídas ao longo dessas habilidades encontram-se postulações que mencionam a importância de levar em conta, de maneira articulada: sujeito, linguagem, sociedade.

Para Benveniste (1989), a relação sociedade/linguagem constitui os homens como sujeitos sociais. Para atingir a “proficiência” de apropriação da linguagem, os homens aprendem, produzem, reproduzem conhecimentos, atitudes e valores.

À guisa do supracitado, a BNCC apresenta a proposta de lidar com a língua/linguagem em práticas sociais situadas, em usos. Assim, o documento assume:

[...] a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é ‘uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história’. (BRASIL, 1998, p. 20, grifos nossos)

Levando em consideração a formação nominal (FN) “perspectiva enunciativo-discursiva”, presente na posição teórica assumida pelo documento, é possível observar uma sistematização pouco

específica no que diz respeito a algumas concepções fundamentais, tais como aquelas relacionadas à enunciação, que se refere a um campo de estudos cuja amplitude teórica é considerável nos trabalhos linguísticos. Em função disso, passamos a apresentar alguns olhares sobre o conceito de “Enunciação”, bem como a descrever em qual desses pressupostos situaremos a análise que aqui será desenvolvida.

“ENUNCIAÇÃO”: UM RÁPIDO OLHAR

Em um sentido *lato*, conforme Fuchs (1985), encontramos já na Retórica Aristotélica princípios que poderiam ser caracterizados, hoje, como situação de enunciação, tendo em vista o fato de que a Retórica, entendida como a arte de falar e se comunicar bem, corresponde à formulação do pensamento por meio da fala. Ainda para Fuchs, na Gramática Tradicional, também, alguns estudos voltavam-se a mecanismos linguísticos que se aproximam das teorias enunciativas, como, por exemplo o fenômeno da dêixis. Além disso, é possível considerar que, até nos estudos pautados na Lógica, há um certo apontamento para aspectos da Enunciação se considerados os trabalhos que analisam a relação entre sentido e referência (FUCHS, 1985). Assim, para a autora, embora passíveis de problematizações, esses campos já sinalizavam trabalhos que viriam, mais tarde, a ocupar os linguistas da Enunciação.

Com efeito, nessa tentativa de situar os estudos enunciativos de maneira panorâmica, entendemos ser importante partir daquele que é “o precursor do pensamento linguístico tal como o conhecemos na contemporaneidade” (FLORES; TEIXEIRA, 2012, p. 9), Ferdinand Saussure, mesmo que seja para marcar a diferença entre o que

estabelece o Curso de Linguística Geral – CLG – e o que é proposto pelos autores do campo da enunciação¹.

Dentre outras questões, no CLG Saussure apresenta a ideia de que “o ponto de vista cria o objeto” (2012, p. 15). Com isso, assumindo o seu ponto de vista de análise, o linguista realiza uma separação entre os estudos sobre a língua e os estudos sobre a fala (*langue/parole*). Apesar de reconhecer esse caráter dual da linguagem, a primeira (*langue*) foi por ele priorizada, pois para ele a língua é a unidade da linguagem. Essa exclusão não significa que Saussure não reconhecesse o sujeito. Ele apenas fez o seu recorte, sua escolha, no tempo em que seus estudos puderam ser desenvolvidos.

Acerca disso, diz Saussure “acima desses diversos órgãos, existe uma faculdade mais geral, a que comanda os signos e que seria a faculdade linguística por excelência” (2012 [1916], p. 42). Desse modo, o CLG faz um rompimento com a Gramática de Port-Royal, que consolidava uma tradição gramatical construída desde Platão, cujo princípio via a linguagem como expressão e representação do pensamento. O CLG é considerado “o ponto de partida de uma problemática” (SAUSSURE, 2012, p. 13).

O corte saussuriano foi, portanto, decisivo para os rumos da Linguística no início do século XX e inspirou outros pesquisadores a dar continuidade a esse trabalho. Um dos primeiros a propor um olhar ampliado sobre as discussões de Saussure, por meio da observação da presença do sujeito na língua foi Charles Bally. Fundador da estilística da língua, para Bally, a linguagem é um sistema de símbolos

1 Não se pode ignorar também a expressão radical do estruturalismo norte-americano, da escola de Bloomfield, o qual, segundo alguns, teria tido origem independente da Linguística inaugurada por Saussure, o que em até certo ponto é questionável, já que Bloomfield conhecia Saussure. (CARDOSO, 2005).

de expressão, ela exprime o conteúdo do pensamento, as ideias e os sentimentos, está associada à afetividade. Na visão desse autor, “a linguagem é apta a expressar sentimentos e pensamentos, e é próprio da estilística estudar a expressão dos sentimentos” (FLORES; TEIXEIRA, 2012, p. 16). Segundo ele, a enunciação é o ato que o sujeito realiza para expressar suas ideias. Desse modo, o autor propõe a ideia de *dictum* – que seria o conteúdo proposicional e objetivo do pensamento – e de *modus* – que corresponderia à atitude do sujeito, sua afetividade, sua subjetividade evidenciadas. Para Bally, o sujeito falante, que não é um ser empírico, mas uma representação que ele tem de si mesmo e de tudo o que o cerca, exterioriza o pensamento de forma subjetiva (*Enunciação/Estilo*).

Por seu turno, ao falar de Enunciação, não podemos deixar de apresentar as discussões de Émile Benveniste, tido como o “linguista da enunciação”. Ele inaugurou o que se convencionou chamar de teoria da enunciação (FLORES; TEIXEIRA, 2012) e passou a ser considerado o principal representante desse campo de estudo. Dentre vários aspectos que apresenta, a enunciação para Benveniste é o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, que caracteriza como um ato de “apropriação” (BENVENISTE, 1989, p. 82-83). Isso supõe a conversão individual da língua em discurso, cujo produto é o enunciado. Além disso, ao instituir-se como *eu* por meio da palavra (*Enunciação/Subjetividade por apropriação*), institui também o *outro*. Assim, a enunciação apresenta duas figuras igualmente necessárias em um processo de construção intersubjetiva do dizer. Consequentemente, o autor introduz as noções de sujeito na linguagem, isto é, subjetividade e intersubjetividade. É importante salientar que ele não fala de sujeito em si, mas da representação

linguística que a enunciação oferece a esse sujeito, que integra o campo dos “indivíduos linguísticos”, nas palavras do autor. Por isso Benveniste se interessa em particular pela dimensão enunciativa da linguagem, ressaltando que é exatamente a partir dessa dimensão que devemos buscar uma definição de homem.

Também no campo dos estudos enunciativos, encontramos em Mikhail Bakhtin a proposta de que a linguagem possui uma dimensão dialógica: ao mesmo tempo em que o discurso se constitui por meio de um interlocutor, esse discurso não existe independente daquele para quem é construído (*Enunciação/Interação*). Em outras palavras, a linguagem é dialógica de duas maneiras: i) ela procede de alguém e se dirige a alguém, podendo ser: (a) sujeito 1 → sujeito 2; (b) sujeito 1 → sujeitos 2, 3 ...; (c) sujeito 1 → sujeito 1; e ii) o discurso se constitui de outros discursos. Logo, a noção de interação verbal é fundamental na perspectiva do autor, para quem o *eu* não existe sem o *outro*, e vice-versa. Dessa forma, Bakhtin apresenta a enunciação como um produto da interação verbal. Por essa via, a fala é social e se manifesta em processo enunciativo compartilhado. Com isso, Bakhtin aponta a importância dos elementos necessários ao processo enunciativo, tais como: posição de locutor, seleção de critérios e cuidados com a elaboração do discurso, compreensão ativa e responsiva.

Não obstante, o linguista Oswald Ducrot apresenta a Teoria da Argumentação na Língua. Para ele, a argumentação está “na língua”, “nos enunciados”, os próprios enunciados são argumentos (*Enunciação/Argumentação*). Outrossim, para o autor a enunciação é polifônica, ou seja, um mesmo sujeito se desdobra em: sujeito falante/ouvinte; locutor/alocutário; e enunciador/destinatário. Essa

concepção se contrapõe à unicidade do sujeito e trabalha com a ideia de polifonia, a partir da qual muitas questões clássicas de investigação da linguagem tomaram uma nova dimensão (FLORES; TEIXEIRA, 2012, p. 65).

A partir do pensamento de Ducrot, encontramos o que Eduardo Guimarães (2002) nomeia Semântica da Enunciação. Nela, a enunciação é definida como um acontecimento histórico (*Enunciação/Acontecimento*). Por ser a Semântica uma disciplina que se ocupa do funcionamento da língua e da linguagem (GUIMARÃES, 2018), a Semântica da Enunciação considera que a análise do sentido deve localizar-se no estudo de enunciação, do acontecimento social do dizer (GUIMARÃES, 2002). Além disso, “o acontecimento não pode ser visto como algo pontual e linear, mas um construto histórico que, por meio de inúmeros entrecruzamentos, é capaz de construir um estado de coisas (DALMASCHIO, 2013, p. 57). Guimarães (2002) nos diz, ainda, que o acontecimento enunciativo tem uma condição indispensável à sua configuração, a saber: língua e falante, ambos se disputando numa distribuição desigual, num espaço de enunciação essencialmente político. Portanto, “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, 2002, p. 11).

Nessa direção, ao compararmos as perspectivas enunciativo-discursivas que ancoram os pressupostos de cada um dos autores citados, foi possível realizar a seguinte síntese designativa:

Tabela 01 – Síntese designativa dos pressupostos teóricos sobre Enunciação

PERSPECTIVA TEÓRICA	A ENUNCIÇÃO SE CONSTITUI COMO...
Charles Bally	<i>Estilo</i> - “Pensar é reagir a uma representação” (BALLY, 1962, p. 65)
Émile Benveniste	<i>Subjetividade por apropriação</i> - Colocação da “língua em funcionamento por um ato individual de utilização”, que o autor caracteriza como um ato de “apropriação” (BENVENISTE, 1989, p. 82-84).
Mikhail Bakhtin	<i>Interação</i> - “A verdadeira substância da língua [é constituída] pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações” (BAKHTIN, 2006, p. 125).
Oswald Ducrot	<i>Argumentação</i> - “A argumentação está ‘na língua’, ‘nas frases’, [...] as próprias frases são argumentos” (DUCROT, 1989, p. 18).
Eduardo Guimarães	<i>Acontecimento</i> - A análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo de enunciação, do acontecimento social do dizer (GUIMARÃES, 2002).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Destacamos que os pressupostos descritos no quadro anterior estão mais fortemente marcados em cada um dos autores. Não queremos com isso descaracterizar, inclusive, a possível interface que estabelecem. Nosso intuito é de oferecer identidade mais sistêmica a cada uma das teorias analisadas. Além disso, é importante dizer que todos convergem para um princípio que os situa no campo dos estudos enunciativos: a tentativa de definição de língua, de sentido e de como a sociedade está envolvida na produção do dizer.

A partir da síntese realizada, observamos que muitas são as formas de se conceber ações pedagógicas fundamentadas em uma perspectiva enunciativo-discursiva da linguagem. Isso representa, ao

mesmo tempo, tanto um caminho produtivo para o trabalho que a BNCC propõe, quanto uma complexidade para aqueles que precisam se posicionar frente a uma proposta de ensino como essa.

Com isso em vista, elegemos um desses pressupostos, aquele estabelecido pela Semântica da Enunciação, ou Semântica do Acontecimento, e nos voltamos para a tentativa de demonstrar como os trabalhos linguísticos, parametrizados pela BNCC, poderiam ser realizados em práticas docentes, embasadas por esse recorte dos estudos enunciativos.

A ANÁLISE LINGUÍSTICA PELO VIÉS SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO: UMA PROPOSTA DE TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA

Fizemos, no início do nosso trabalho, uma breve retomada histórica, apresentando como o ensino se desenvolveu no cenário escolar brasileiro, a ponto de alcançarmos o que temos nos dias atuais como parâmetros educacionais. Desse modo, apresentamos como documentos e períodos históricos influenciaram na constituição do que temos hoje como documento parametrizador da educação nacional – a BNCC. Em seguida, exploramos os principais expoentes da Linguística da Enunciação, tendo em vista alguns conceitos e terminologias com as quais esse campo da linguística trabalha.

A partir disso, entendemos ser importante propor ações didáticas que contemplem atividades de análise linguística efetivamente pautadas em um referencial enunciativo de trabalho. Para tanto, selecionamos o que estabelece uma das perspectivas apresentadas em nossos pressupostos teóricos: a Semântica da Enunciação. Isso se justifica pelo fato de considerarmos que

na medida em que fazemos esses exercícios de possibilidades de enunciação com os alunos, estamos,

na nossa perspectiva, buscando cumprir as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, quando ela preconiza o uso da linguagem voltada para finalidades específicas, tendo em vista que ela (a linguagem) se realiza nas práticas sociais. (DIAS, 2023a, no prelo)

Procuramos, portanto, trazer exemplos de trabalhos de ordem semântico-enunciativa a fim de ilustrarmos atividades significativas neste campo. Salientamos que, com esses exercícios, tentamos demonstrar em que medida o lugar teórico em que nos situamos possibilita ensinar “os nossos alunos [...] a refletir sobre as práticas sociais no nosso país” (DIAS, 2023a, no prelo).

Uma vez que a BNCC propõe a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, a fim de relacionar os textos a seus contextos de produção (BRASIL, 2018). O que então se entende por perspectiva enunciativo-discursiva em um processo de transposição didática? Essa é a pergunta que temos a pretensão, a partir de agora, de responder.

A ENUNCIÇÃO EM SALA DE AULA

A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental busca articular-se com as experiências já vivenciadas pelos alunos nas etapas anteriores (Ensino Fundamental – Anos Iniciais) de modo a manter uma progressão nas competências e habilidades a serem desenvolvidas. Dentro dessa perspectiva, novas formas de relação com o mundo vivenciadas pelos alunos são adotadas em cada uma dessas etapas.

São ampliadas também

as experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e

representação, elementos importantes para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação, como os signos matemáticos, os registros artísticos, midiáticos e científicos e as formas de representação do tempo e do espaço. (BRASIL, 2018, p. 58)

Essa progressão visa a um aluno que possa estar adequado ao Ensino Médio, visto que desafios de maior complexidade se colocarão à frente dele, “sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas” (BRASIL, 2018, p. 60).

Tendo isso em vista, a BNCC reconhece a importância de “estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribuir para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais” (BRASIL, 2018, p. 61).

Seguindo por essa via, tomaremos um corpus que abranja a Área de Linguagens, o componente Língua Portuguesa, os anos finais – 6º ao 9º. Levaremos em consideração o posicionamento da Base, que entende que a dimensão analítica é proposta não como fim, mas como meio para a compreensão dos modos de se expressar e de participar no mundo.

Para nós, mais uma vez, isso corrobora Dias, ao afirmar que “atuando dessa maneira estaremos ensinando os nossos alunos, falantes da língua brasileira, a refletir sobre a própria língua e, ao mesmo tempo, refletir sobre as práticas sociais do nosso País” (2023a, no prelo).

Uma vez estabelecido esse posicionamento, a Base salienta que o texto será a unidade de trabalho e serão adotadas

as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses. (BRASIL, 2018, p. 67)

Com isso, a BNCC trabalha com os eixos de integração já consagrados nos documentos curriculares da Área, quais sejam: (i) oralidade; (ii) leitura/escuta; (iii) produção (escrita e multissemiótica); e (iv) análise linguística/semiótica.

É importante destacar que a BNCC, apesar de apresentar os eixos de forma separada, esclarece que essa separação se dá apenas para fins de organização curricular, visto que há uma interpenetração dessas práticas. Ou seja, ao se considerar uma prática, habilidades de outras práticas podem estar simbioticamente incluídas nela.

De forma mais específica, apresentaremos uma proposta de transposição didática de *atividades de análise linguística* que esteja orientada por pressupostos semânticos-enunciativos diretamente ligadas ao eixo de integração (iv), supracitado.

Segundo a Base:

O Eixo da Análise Linguística/Semiótica envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das *materialidades dos textos*, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido. (BRASIL, 2018, p. 80, grifos nossos)

Portanto, a Base entende que há um vínculo direto entre o eixo da análise linguística/semiótica e o texto. Ademais, o documento propõe que as materialidades dos textos estejam no cerne da análise, levando em conta o uso situado, ou seja, que situações reais de uso sejam tomadas nessa análise. Enquanto os outros eixos (oralidade; leitura/escuta, produção) concentram-se mormente em produção, o eixo de análise linguística concentra-se no texto em uso sob observação. Em consequência, reflexões devem ser feitas acerca “dos efeitos de sentido” (BRASIL 2018, p. 83) que as formas materializam nos textos.

Dentro do eixo de análise linguística/semiótica, a BNCC apresenta os conhecimentos linguísticos relacionados à ortografia, pontuação, conhecimentos gramaticais (morfológicos, sintáticos, semânticos), entre outros. Num caráter mais *stricto*, nosso recorte será dentro dos conhecimentos gramaticais, aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos.

Observamos, inicialmente, que a nomenclatura trazida pela Base no quadro em que enumera os tipos de conhecimentos linguísticos estabelece uma separação, entre os aspectos sintáticos e semânticos, e associa aspectos morfológicos e sintáticos (morfossintaxe). Fato interessante, entretanto, é perceber que, no âmbito dos conhecimentos de morfossintaxe, postula que seja realizada uma análise das funções sintático-semânticas. Ao mesmo tempo, ao se referir a conhecimentos especificamente de ordem semântica, volta-se para um trabalho reducionista do que compreendemos ser o escopo da semântica, situando tal conhecimento apenas na observação de “fenômenos léxico-semânticos, tais como aumentativo/diminutivo; sinonímia/antonímia; polissemia ou homonímia; figuras de linguagem; modalizações epistêmicas,

deônticas, apreciativas; modos e aspectos verbais” (BRASIL 2018, p. 83), como podemos perceber na Figura 01.

Figura 01 – Conhecimentos gramaticais

Morfossintaxe	• Conhecer as classes de palavras abertas (substantivos, verbos, adjetivos e advérbios) e fechadas (artigos, numerais, preposições, conjunções, pronomes) e analisar suas funções sintático-semânticas nas orações e seu funcionamento (concordância, regência). • Perceber o funcionamento das flexões (número, gênero, tempo, pessoa etc.) de classes gramaticais em orações (concordância). • Correlacionar as classes de palavras com as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.).
Sintaxe	• Conhecer e analisar as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.). • Conhecer e analisar a organização sintática canônica das sentenças do português do Brasil e relacioná-la à organização de períodos compostos (por coordenação e subordinação). • Perceber a correlação entre os fenômenos de concordância, regência e retomada (progressão temática – anáfora, catáfora) e a organização sintática das sentenças do português do Brasil.
Semântica	• Conhecer e perceber os efeitos de sentido nos textos decorrentes de fenômenos léxico-semânticos, tais como aumentativo/diminutivo; sinonímia/antonímia; polissemia ou homonímia; figuras de linguagem; modalizações epistêmicas, deônticas, apreciativas; modos e aspectos verbais.

Fonte: BRASIL, 2018, p. 83.

Parece haver uma tentativa de dissociação, ao mesmo tempo em que se apresentam propostas indissociáveis. Novamente, concordamos com Dias que “uma visão metalinguística da língua nos mostra como a língua se estrutura em categorias (número, gênero, classes de palavras etc.) e funções (sujeito, objeto etc.)”, enquanto “uma visão epilinguística² da língua mostra como ela funciona” (2023a, no prelo). Para nós, o ato

2 De acordo com Dias (2023a, no prelo), o conceito de *epilinguismo* concebe novas maneiras de abordar a língua. De forma geral, são levadas em conta as atividades de linguagem, isto é, os esquemas que os falantes possuem para operar a linguagem. Essa seria a base do conceito de epilinguístico. Dessa maneira, uma visão epilinguística da língua mostra como ela funciona.

de dissociar morfologia, sintaxe e semântica caminha na contramão de trabalhos que abordem aspectos enunciativo-discursivos da linguagem. Do nosso lugar de pesquisa, as palavras têm relações com as outras no interior da enunciação, e é nessa relação que as formas linguísticas (morfologia) em articulação entre si (sintaxe) produzem distintos efeitos de sentido (semântica). Conquanto, nossa análise será pautada no entrecruzamento desses aspectos de maneira a percebê-los em interface.

Após fazermos essa breve abordagem da organização de trabalho da BNCC quanto aos conhecimentos linguísticos, iniciaremos nossa proposta de transposição didática, tendo como pano de fundo a Semântica da Enunciação.

UM OLHAR ENUNCIATIVO PARA A FORMAÇÃO NOMINAL “NOME-NÚCLEO + CONVERGENTE (DE/A/O)”

Para a transposição didática realizamos um recorte de trabalho que, em nossa perspectiva, pode ser situado no que está proposto pelo eixo de análise linguística da BNCC, especificamente o que diz respeito ao conhecimento de morfossintaxe, a saber:

Conhecer as classes de palavras abertas (substantivos, verbos, adjetivos e advérbios) e fechadas (artigos, numerais, preposições, conjunções, pronomes) e analisar suas funções sintático-semânticas nas orações e seu funcionamento (concordância, regência). (BRASIL 2018, p. 83)

Com efeito, nossa proposta é analisar em que medida a organização articulatória da classe dos substantivos e dos adjetivos (nesse caso das locuções adjetivas) oferece-se como ancoragem para distintos efeitos de sentido. Dessa forma, colocaremos em cena aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos em concomitância.

Para tanto, utilizaremos o conceito de formação nominal (FN), por se tratar de uma noção que baliza de maneira mais consistente os estudos da Semântica da Enunciação. Tal conceito, desenvolvido por Dias (2018), afirma que, “os nomes se formam socialmente, e quando participam de um enunciado são atualizados nas construções desse enunciado em processo de articulação” (DIAS, 2023b, no prelo). Do lugar teórico de onde falamos (Semântica da Enunciação) “o estudo da formação nominal [...] se difere do de sintagma nominal visto pelo olhar da Semântica Formal, pois o primeiro concentra-se em analisar o processo do enunciado, já o segundo concentra-se em compreender o produto do enunciado” (SILVEIRA, 2019, p. 15).

As FNs por nós selecionadas são constituídas por nome-núcleo + convergente (de/a/o). Começamos nossa análise, então, a partir da observação do exemplo (01):

(01)

Figura 02 – Homens do lixo



Filho: Pai, aqueles são homens do lixo?
Pai: Não meu filho, aqueles são os homens da limpeza, os homens do lixo somos nós.

Fonte: Site de pesquisas Google³.

3 Disponível em: <https://mobile.twitter.com/dnsemello>. Acesso em: 25 fev. 2022.

Uma proposta enunciativo-discursiva de trabalho linguístico deve encaminhar a atenção dos alunos para a identificação e análise da formação nominal, que tornou o texto da Figura 02 uma forma de crítica social: *homens do lixo/homens da limpeza*. Dias (2023, no prelo) nos lembra que o professor deve buscar a melhor maneira de cumprir esse objetivo com os seus alunos sem neles “despejar” todo esse palavreado ainda desconhecido, como por exemplo *formação nominal*. O importante é orientar a compreensão de que os efeitos de sentido encontram sustentação material na língua e que as FNs são determinantes na construção desses efeitos.

(01a) homens do lixo

(01b) homens da limpeza

Expliquemos melhor:

A FN (01a) pode ser parafraseada por:

(01c) homens que trabalham na coleta de lixo.

Assim como (01b), corresponderia a:

(01d) homens que trabalham no serviço de limpeza.

Todavia, ao corrigir o filho, o pai estabelece uma nova relação de sentido entre o nome-núcleo (homens) e seu convergente (do lixo). Na Figura (2) a paráfrase de (01a) é:

(01e) homens que produzem lixo.

Uma vez que aquelas pessoas presentes na imagem não são as responsáveis pela produção do material que recolhem, a referência do nome-núcleo (homens) é alterada de *trabalhadores da limpeza urbana* para *cidadãos que produzem lixo*.

Notamos que não se trata, portanto, de um olhar estritamente sintagmático, abordado por um conhecimento morfossintático descritivo

e composicional (1+1) e, sim, por um viés que se alicerça em referenciais que não se encontram, apenas, na linearidade do enunciado, mas, também, nos referenciais sócio-históricos que o constituem.

Dentre as possibilidades de trabalho em sala de aula, o professor poderia, por exemplo, solicitar que alunos identifiquem a diferença de sentido entre um grupo de palavras que foi constituído por adição (sintagma nominal) e um efeito que foi manifestado pela determinação que essas palavras exercem umas sobre as outras em um processo de designação. Ou seja, saímos daquela proposta de que uma palavra se soma a outra simplesmente. Lembrando que

um texto não é um conjunto de enunciados, nem é uma unidade composta de enunciados. A integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam. A relação entre os elementos não é de contiguidade, não se marca pela direção da segmentalidade. (GUIMARÃES, 2010, p. 22)

A ideia é de que os estudantes percebam e sejam capazes de explicitar respostas como: *homens do lixo*, na primeira ocorrência se referia àqueles que têm a função de coletar o lixo dos cidadãos; já na segunda ocorrência se refere àqueles que não têm educação, que poluem, sujam, depreciam etc; a mudança para *homens da limpeza* em detrimento de *homens do lixo* demonstra que há aqueles que sujam, enquanto há aqueles que desfazem essa sujeira. Além disso, a mesma FN que no primeiro momento se referia a *homens da coleta do lixo*, em seguida passa a ter o sentido de *homens que produzem o lixo, que sujam, poluem, degradam*.

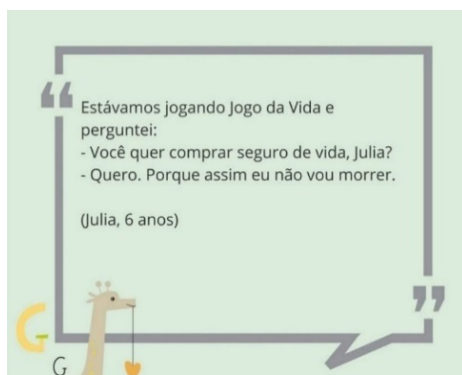
O que queremos evidenciar é que a convergência da locução adjetiva *do lixo* é pertinente tanto na fala do filho quanto na do pai.

O que se altera não é puramente de ordem gramatical, é também de ordem enunciativa.

Desse modo, uma nova regularização de sentido é perspectivada em relação à forma como os catadores de lixo são vistos e nomeados, e ao papel social dos cidadãos no que se refere a posturas mais urbanas de educação e limpeza. Ou seja, uma nova realidade é posta em causa pelo dizer. Com isso, estaremos “buscando cumprir as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, quando ela preconiza o uso da linguagem voltada para finalidades específicas, tendo em vista que ela (a linguagem) se realiza nas práticas sociais” (DIAS, 2023a, no prelo). Outrossim, o olhar enunciativo para os estudos do texto deve se ocupar não apenas do “percurso que se faz na estrutura sintática de seus componentes até a sua totalidade, mas da consideração de atribuição de sentido que sofre (*sic*) os enunciados considerados na relação com o sujeito pelo acontecimento de enunciação” (GUIMARÃES, 2017, p. 43). Vamos dar continuidade com outro exemplo:

(02)

Figura 03 – Jogo da vida



Fonte: Postagem retirada do *Instagram*⁴.

4 Disponível em: <https://www.instagram.com/frasesdecrianças/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

Pensamos que um bom material a ser utilizado em sala de aula são postagens como essa, descrita no exemplo (02). Uma vez que corresponde a um gênero de texto presente no cotidiano digital dos estudantes. Memes, transcrições de falas, trechos de diálogos, materiais encontrados em perfis de redes sociais como *Facebook* e *Instagram* fazem parte da realidade dos alunos, o que contribui para despertar motivação e empenho de análise.

O exemplo (02) pode trazer à tona questionamentos como: i) Por que Julia disse que não morreria se comprasse seguro de vida? ii) Em qual perspectiva o outro jogador estava situado quando perguntou da compra? iii) O que ocasionou o intercâmbio entre os efeitos de sentido produzidos pelos dois enunciadores?

O desconforto com a ideia de composicionalidade, que descrevemos em (01) permanece em (02). Entretanto, é preciso notar que outra quebra é estabelecida agora: a de que o convergente determina o nome-núcleo. Em nossa análise, o que ocorre na fala de Júlia em (02) é exatamente o contrário. Ou seja, agora o nome-núcleo (seguro) é que oferece ao convergente (de vida) um efeito de determinação. Assim, poderíamos parafrasear Júlia da seguinte forma:

(02a) Minha vida está segura porque comprei um seguro.

Trata-se, portanto, mais de:

(02b) uma vida segura

do que especificamente de um

(02c) seguro de vida

Nessa direção, a produção de efeito de sentido estabilizado socialmente – que define seguro de vida como um serviço contratado para que, caso algo ocorra a uma pessoa ao longo da vida, levando-a

ao óbito, sejam resguardados àquela pessoa, designada no contrato, direitos de receber uma determinada quantia em dinheiro, nas condições acordadas – não é pertinente para Júlia. Isso porque Júlia entende que seguro de vida seria uma ferramenta com a qual alguém estaria protegido da morte, haja vista ela dizer que com o seguro de vida ela não morreria. A relação da palavra seguro está para a menina muito mais no domínio semântico da segurança do que de uma apólice contratual.

Como continuação dessa análise, o professor poderia pedir aos alunos que realizassem uma pesquisa por formações nominais parecidas com as da Figura 03, para que sejam discutidos diferentes efeitos de sentidos nessas outras formações. Caso os alunos tenham dificuldade e não consigam encontrar as ocorrências, o professor faria a complementação, utilizando exemplos como:

(03)

Figura 04 – Risco de vida X risco de morte



Fonte: Site de pesquisas Google⁵.

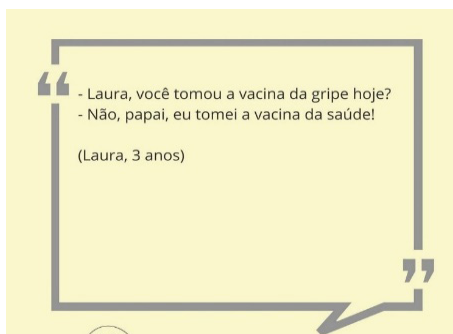
Perguntas como: i) qual diferença de sentido pode ser estabelecida entre *risco de vida* e *risco de morte*? ii) Existe erro na utilização

⁵ Disponível em: <https://itafortnet.com.br/produtos/placa-perigo-alta-tens-o-risco-de-vida/> e <https://www.encartale.com.br/metal-galvanizado/placa-metal-15x20-20x15/placa-de-metal-perigo-risco-de-morte>. Acesso em: 25 fev. 2022.

de alguma dessas expressões? iii) Se sim, justifique. Se não, você considera alguma delas mais pertinente? iv) Qual é usada com maior regularidade? Aqui a proposta é estabelecer um olhar semântico-articulatório para essas FNs e notar que as pertinências devem ser observadas em função dos espaços de enunciação e das regularidades de uso. É o que também ocorre em (04):

(04)

Figura 05 – Vacina da gripe



Fonte: Site de pesquisas Google⁶.

A proposta de sala de aula poderia se pautar em problematizações como: i) Por que Laura respondeu que tomou a vacina da saúde? ii) Em qual referencial ela se apoiou para responder? iii) Como Laura percebe uma FN como a supracitada (vacina da gripe)? iv) Na linearidade do sintagma nominal composto por *vacina + da gripe*?

Todos esses e outros questionamentos levam a discussões e despertam atenção nos alunos, de maneira a extrapolar o nível da metalinguagem e se ancorar em movimentos epilinguísticos. A abordagem de FN que o professor apresenta nessas atividades não se ancora nas classificações de estudos tradicionais (combinação

⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/frasesdecrianças/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

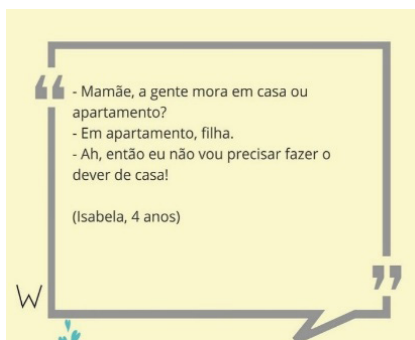
de morfemas, lexemas, derivação, composição etc). Para tanto, é importante que o professor apresente essa nova perspectiva que se desvincula de uma linha de trabalho estritamente morfossintática, sem, contudo, prescindir da materialidade que sustenta o sentido. Estamos de acordo com Silveira para quem se trata, “antes, da reflexão acerca de um processo articulatório que se realiza entre um nome-núcleo e seus determinantes⁷” (2019, p. 62).

Cabe salientar que o professor não precisa apresentar o conceito de FN expositivamente. Ele pode fazer uso desses conceitos por meio de análise linguísticas em textos com situações reais de uso, onde as articulações léxico-sintáticas ocorrem e produzem efeitos de sentidos autorizados socio-historicamente.

Para encerrar, trazemos mais um exemplo que julgamos interessante, em relação ao recorte de transposição didática que escolhemos apresentar.

(05)

Figura 06 – Dever de casa



Fonte: Site de pesquisas Google⁸.

7 Determinantes, nas palavras de Silveira (2018), estão sendo tomados neste trabalho sob o nome de convergentes.

8 Disponível em: <https://www.instagram.com/frasesdecrianças/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

Em (05), Isabela utiliza-se da relação de convergência estabelecida pela locução adjetiva *de casa* para tentar driblar a mãe e não fazer as tarefas. Interessante é notar que, embora de forma silenciada, a menina suscita a participação de uma nova FN em seu dizer. Ou seja, não basta que seja enunciada uma reação a:

(05a) dever de casa

Quando se mora em apartamento. É preciso que também faça parte da cena enunciativa em ato, ainda que de forma não visível materialmente, a FN:

(05b) dever de apartamento

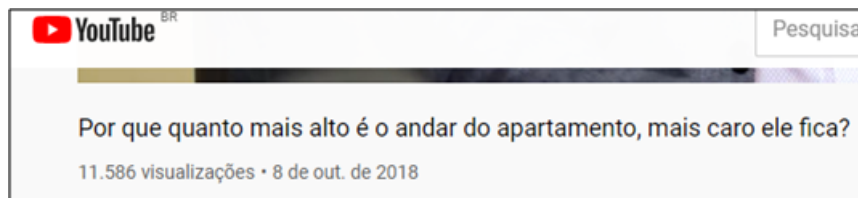
Uma vez que essa parece ser a reivindicação da enunciadora como condição para que a atividade escolar seja feita.

Aos estudantes os questionamentos poderiam ser: i) Essa exigência feita por Isabela apresenta fundamento? ii) Os nomes *casa* e *apartamento* apresentam aproximação semântica? iii) Um pode ser tomado pelo outro? iv) Se sim, os sentidos dessas duas palavras podem ser sempre intercambiáveis?

Outras ocorrências podem ser acrescentadas para aprofundamento da discussão, tais como:

(06)

Figura 07 – Sentido de apartamento



Fonte: Retirado do YouTube⁹.

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=snCUPCufqo4>. Acesso em: 25 fev. 2022.

(07)

Figura 08 – Sentido de casa

Fonte: Retirado do YouTube¹⁰.

(08)

Figura 09 – Casa ou apartamento?

Fonte: Retirado do Google¹¹.

(09)

Figura 10 – Sentido de casa e apartamento

Fonte: Retirado do YouTube¹².

10 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C6c9QK8dVZc>. Acesso em: 25 fev. 2022.

11 Disponível em: <https://pindorama.org.br/casas-ecologicas/dica-pratica-como-construir-com-pau-a-pique>. Acesso em: 25 fev. 2022.

12 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pK2bKMdZQxU>. Acesso em 25 fev. 2022.

Os exemplos (05) a (09) oferecem possibilidade para que possa ser posta em causa a ideia de que as palavras na língua assumem efeitos de sentido, a partir da relação que estabelecem com outras palavras. Conforme dissemos, a significação é produzida enunciativamente no e pelo acontecimento da enunciação (GUIMARÃES, 2002). Dessa maneira, uma perspectiva de trabalho que se quer enunciativa deve considerar que a relação de sentido assumida entre *casa* e *apartamento* é pertinente em (05) e (09) e não é facilmente aceita em (06) e (07), não por dizer respeito ao retrato de uma realidade, mas por ser uma construção de linguagem.

É preciso observar, no entanto, que embora não se considere de antemão nenhuma realidade a que as palavras reportam, há um real que a palavra significa. E as palavras têm sua história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado. (GUIMARÃES, 2005, p. 81)

E o que dizer de (08) em que não há nem a explicitação do nome *casa*, tampouco de *apartamento*? Nossos alunos não teriam problema, em nossa perspectiva, para ocupar o lugar de objeto da forma verbal *construir* com o primeiro nome (*casa*). Pela história das enunciações desse nome e pela relação que estabelecerá com outras palavras do enunciado, em especial, com *pau a pique*, os estudantes dificilmente significariam (08), tendo como sustentação referencial o nome *apartamento*.

O que tentamos demonstrar nesse breve exercício de transposição didática é a possibilidade efetiva de um trabalho enunciativo de análise linguística, pelo qual as dimensões morfológicas, sintáticas e semânticas se entrelaçam, se interpretam, e não aceitam, portanto, dissociação.

CONCLUSÃO

A BNCC, que se apresenta nos dias de hoje como um documento parametrizador da educação brasileira cuja aplicabilidade ainda é tímida nas instituições de ensino de todo o país, nos pareceu favorável a ocupar o lugar de recorte de nosso trabalho. Uma vez constituído esse recorte, procedemos a uma breve compreensão sobre como se desenvolveu a Base Nacional Comum Curricular, bem como alguns aspectos de sua organização e de seus postulados. Em seguida, desenvolvemos uma apresentação da perspectiva teórica que ancorou nossos procedimentos de análise: os estudos enunciativos.

Por esse breve panorama, notamos que há uma intersecção teórica na proposta de trabalho pedagógico estabelecida pelo documento que o torna positivamente aberto a caminhos de pesquisa distintos e, ao mesmo tempo, oferece complexidade ao processo de transposição didática que o trabalho pedagógico exige.

Com isso em vista, nos voltamos para a tentativa de demonstrar como os trabalhos linguísticos, parametrizados pela BNCC, poderiam ser realizados em práticas docentes e procuramos apresentar uma proposta de transposição didática de atividades de análise linguística orientada por pressupostos semânticos-enunciativos.

Como resultado, demonstramos que as atividades a serem desenvolvidas nas propostas de análise linguística não podem estar vinculadas apenas a um trabalho estritamente morfossintático, classificatório e descritivo. Elas precisam, antes, representar situações de enunciação, de modo a se construírem como reflexões sobre em que medida as materialidades da língua significam a realidade e organizam o cotidiano social.

O que trouxemos não foi uma proposta metodológica. Não propusemos sequências didáticas, tampouco receitas de ensino. Intentamos demonstrar um olhar diferente para um trabalho com a linguagem, que se anuncia como semântico-enunciativo.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BALLY, Chales. *El lenguaje y la vida*. 5.ed. Tradução de Amado Alonso. Buenos Aires: Editorial Losada, 1962.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, p. 81-90, 1989.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_El_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 01 mar. 2020.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *Discurso e Ensino*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DALMASCHIO, Luciani. *Predicação dirigida x predicação centrada: a (não) ocupação do lugar sintático de objeto na perspectiva da semântica da enunciação*. 2013. 170f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- DIAS, Luiz Francisco. Fundamentos: produção de sentido. In: DIAS, Luiz Francisco. *O português brasileiro no cotidiano: enunciação e ensino*, 2023a (no prelo).
- DIAS, Luiz Francisco. Fundamentos: formação de enunciados. In: DIAS, Luiz Francisco. *O português brasileiro no cotidiano: enunciação e ensino*, 2023b (no prelo).
- DUCROT, Oswald. *Polifonia y argumentacion*: conferencia del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1989.
- FLORES, Valdir Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2012.
- FUCHS, Catherine. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. Tradução de Leticia M. Rezende. *Alfa*. v. 19. São Paulo, p. 111-129, 1985.

GOMES, Lauro. Estilo e enunciação na linguagem: interseções e distanciamentos entre a estilística de Charles Bally e a teoria dialógica de Mikhail Bakhtin. *Nonada: Letras em Revista*. n. 28, v. 1, p. 120-134, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=512454262009>. Acesso em: 18 jan. 2021.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. *Os limites do sentido*: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. Quando o eu se diz ele – análise enunciativa de um texto de publicidade. *Revista da Anpoll*, n. 29, v. 1, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. *Análise de texto*: procedimentos, análises, ensino. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. *Semântica*: enunciação e sentido. Campinas: Pontes Editora, 2018.

LUZ-FREITAS, Márcia de Sousa. *E a Língua Portuguesa tornou-se disciplina curricular*. (PUCSP e FEFI-MG). Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/33/04.pdf>. 2004. Acesso em: 05 ago. 2020.

MOLL, Jaqueline. *Alfabetização Possível*: reinventando o Ensinar e o Aprender. 7.ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos*, ano 23, v. 2, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 06 ago. 2020.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. 28.ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVEIRA, Edna Cristina. *A nomeação de programas sociais*: um olhar semântico enunciativo. 2019. 155f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.